

BRASIL

SANTOS SILVA RECUSA NOVO PROJETO DO CHEGA

Santos Silva é um Presidente da Assembleia da República que exerce os seus poderes com tiques de ditador. Em apenas um mês já negou a discussão de três projetos de lei do CHEGA: um para tirar benefícios aos deputados, outro para restabelecer a prisão perpétua e agora o terceiro para aumentar a pena máxima de prisão para os 65 anos. A desculpa que deu para proibir a última iniciativa do CHEGA é descabida e sem sentido. **Esta censura tem de acabar!**



POLÍTICA

NOVO ESTATUTO DO SNS É "UM ENGORDAR DO ESTADO" E UM "REMENDO"

Médicos garantem que o novo estatuto do SNS não resolve nada e que, além de ser uma "fuga para a frente", é "mais um engordar do Estado". Para André Ventura, nem se deveria chamar estatuto, mas sim "remendo", pois não é mais do que isso.



OPINIÃO

Pedro Pinto

LÍDER DA BANCADA PARLAMENTAR DO PARTIDO CHEGA

Este governo mereceu ter sido chamado ao Parlamento para responder a uma moção de censura, feita pelo único partido que realmente faz oposição. Da nossa parte, estamos de consciência tranquila. A moção foi chumbada pela maioria socialista, mas nós cumprimos o nosso dever, pelos portugueses, por Portugal!



PAÍS

CALOR REGRESSA EM GRANDE E TRAZ DE VOLTA OS INCÊNDIOS

As altas temperaturas trouxeram novamente os incêndios. Todos os anos, o cenário é igual: calor, matas e florestas por limpar, incendiários no ativo e as populações a sofrerem as consequências desta mistura explosiva. Quando é que o Governo vai fazer o que lhe compete?



CENSURA PARLAMENTAR

SANTOS SILVA VOLTA A SILENCIAR O CHEGA É A TERCEIRA VEZ NUM SÓ MÊS

O Presidente da Assembleia da República rejeitou admitir o Projeto de Lei do CHEGA que propunha aumentar o tecto máximo da pena de prisão para 65 anos em crimes de homicídio praticados com especial perversidade, nomeadamente contra crianças, alegando que o mesmo é inconstitucional.

Esta é a terceira vez, no espaço de poucas semanas, que o Presidente da Assembleia da República veda ao CHEGA o direito de discutir um Projeto de Lei, invocando sempre a inconstitucionalidade. Recorde-se que o CHEGA já foi impedido de discutir iniciativas relativas ao Estatuto dos Deputados e as regras sobre a imunidade parlamentar, outra relativa à prisão perpétua e agora ao aumento do tecto máximo da pena de prisão para 65 anos. Esta última foi apresentada para poder ultrapassar qualquer tipo de inconstitucionalidade que pudessem existir no Projeto de Lei da prisão perpétua, cuja discussão já tinha sido rejeitada por Santos Silva. No entendimento do partido CHEGA, "o poder exercido desta forma pelo Presidente da Assembleia da República prejudica a democracia e limita os direitos dos grupos parlamentares". André Ventura diz mesmo que estas atitudes de Santos Silva são antidemocráticas, "alimentam a censura" e "impedem a discussão democrática de propostas que deviam ser discutidas".

O líder do CHEGA avançou ainda que o partido deu entrada de um recurso desta decisão para o gabinete do Presidente da Assembleia da República e, caso a decisão se mantenha, vai recorrer para o Tribunal Constitucional.

Santos Silva já censurou tanto como Ferro Rodrigues

Augusto Santos Silva já censurou tantos projetos do CHEGA em três meses como Ferro Rodrigues na legislatura passada. O ex-presidente da Assembleia da República recusou admitir dois projetos de lei do CHEGA. Um que limitava o cargo de primeiro-ministro e outros governantes apenas a portadores de nacionalidade portuguesa originária e outro sobre a castração química de pedófilos, alegando a sua inconstitucionalidade.

CHEGA apresenta propostas de alteração ao Regimento

O partido CHEGA apresentou ainda esta semana dois projetos de altera-

ção ao Regimento da Assembleia da República, que visam repor os debates quinzenais com o Primeiro-Ministro e tornar o Regimento mais democrático, assegurando a liberdade de expressão e discussão de propostas apresentadas por parte dos Deputados. A decisão de acabar com os debates quinzenais com o Primeiro-Ministro, recorde-se, foi consensualizada entre PS e PSD, sob o pretexto de que o Primeiro-Ministro perderia muito tempo no Parlamento.

No entanto, na ótica do CHEGA, esta alteração resultou no empobrecimento do debate político e escrutínio da atividade do Governo, ganhando especial relevância num contexto de maioria absoluta, como se verifica atualmente. Para além do regresso dos debates quinzenais, o CHEGA propõe que, relativamente a iniciativas legislativas apresentadas, quando existam dúvidas sobre a sua constitucionalidade, essas dúvidas devem ser expressas no relatório elaborado pela respetiva Comissão Parlamentar, mas tal circunstância não pode limitar a sua discussão pela Assembleia da República. O CHEGA propõe ainda que a eleição do Presidente da Assembleia da República e da respetiva mesa seja feita em lista conjunta. Ou seja, os quatro maiores grupos parlamentares indicam o nome do Deputado que pretendem ver na lista que se candidata à Mesa da Assembleia da República, e que deve depois ser votada pelos Deputados em efetividade de funções. Desta forma, todos os Vice-Presidentes indicados, assim como os Secretários da Mesa, são votados em conjunto, assim se assegurando a representação da esmagadora maioria parlamentar. Por fim, o partido liderado por André Ventura propõe que haja maior liberdade de expressão dos deputados no modo de usar a palavra, propondo que o Presidente da Assembleia da República tenha sempre em atenção que o exercício do direito de liberdade de expressão não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura, nos termos da Constituição da República Portuguesa.

100 DIAS DE GOVERNO: CRISES INTERNAS E INFLAÇÃO EM MÁXIMOS HISTÓRICOS

Os primeiros cem dias do Governo de maioria absoluta do PS foram marcados pelas consequências da guerra na Ucrânia, com aumento galopante da inflação, e por crises internas na saúde, nos aeroportos e na própria equipa do executivo. "Estamos ainda a enfrentar a pandemia, a sarar as feridas que abriu, e já temos de combater os efeitos da guerra desencadeada pela Rússia com a invasão da Ucrânia. A guerra, não o escondamos, acrescenta um enormíssimo fator de incerteza às nossas vidas, à nossa economia familiar, à saúde das nossas empresas e, por isso, aos nossos empregos", preveniu António Costa logo no discurso de posse do XXIII Governo Constitucional em 30 de março.

No fim de maio, o Governo fez aprovar no parlamento em votação final global a sua proposta de Orçamento do Estado para 2022, cujo chumbo em outubro do ano passado provocou uma crise política e a convocação de eleições legislativas antecipadas, que o PS venceu em 30 de janeiro com maioria absoluta.

Com a guerra na Ucrânia, o Governo procedeu nesse Orçamento à atualização do cenário macroeconómico, mas mesmo assim apontou para uma previsão otimista da inflação na ordem dos 4%, partindo da convicção (partilhada com o Banco Central Europeu) de que este fenómeno seria conjuntural e que conheceria um abrandamento a partir do segundo semestre do ano.

Para junho, o Instituto Nacional de Estatística (INE) estima já uma taxa de inflação de 8,7%. Em paralelo, os juros da dívida nacional atingem os 2,3 - o valor mais alto desde setembro de 2017, acompanhando a tendência da zona euro.

Apesar das críticas de todas as forças da oposição, o Governo e PS têm recusado qualquer aumento suplementar de salários e de pensões, sustentando a tese de que essa via contribuiria para

gerar uma espiral inflacionista no país. Em sucessivas intervenções públicas, o ministro das Finanças, Fernando Medina, tem também alertado para o perigoso impacto da subida dos juros num país endividado como Portugal, defendendo que a solução tem de passar por uma rápida consolidação orçamental, com descida significativa do défice e do peso da dívida em percentagem do PIB.

Em alternativa, como resposta à inflação, o Governo apostou em medidas de "mitigação" dos aumentos dos preços, sobretudo nos combustíveis, com uma descida do ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos), e na concessão de apoios diretos às empresas do ramo agroalimentar ou grandes consumidoras de energia e a famílias mais carenciadas (o cabaz alimentar de 60 euros em cada três meses).

Na frente europeia, em conjunto com a Espanha, Portugal conseguiu fazer aprovar um mecanismo para estabelecer um preço máximo para o gás natural usado na produção de eletricidade. No entanto, a oposição continua a considerar insuficiente o impacto global destas medidas e denuncia a perda de poder de compra da generalidade dos cidadãos.

Além da difícil conjuntura externa económico-financeira, o Governo confrontou-se com situações de caos nos aeroportos por causa da falta de elementos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), força de segurança que o executivo socialista prevê extinguir a prazo.

No final de maio, o ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, anunciou um plano de contingência para evitar bloqueios nos atendimentos dos aeroportos - plano que na segunda-feira passada atingiu a "máxima afetação" em termos de agentes envolvidos e que também passou pela adoção de soluções tecnológicas para evitar facilitar o fluxo de passageiros.

Já na saúde, a partir do fim de semana prolongado do Dia de Portugal, 10 de Junho, vários serviços de urgência em diversos pontos do país começaram a encerrar por falta de médicos. Estas falhas ao nível da cobertura nos serviços de urgência levaram o PSD e o Chega a pedir a demissão da ministra Marta Temido, enquanto Bloco e PCP protestaram contra a falta de investimento do Governo no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Tal como José Luís Carneiro, também Marta Temido anunciou como resposta um plano de contingência para o período do verão, a par de uma comissão de acompanhamento para monitorizar as capacidades dos serviços de urgência hospitalares e de uma negociação sindical para aumentar as remunerações dos médicos que acumulam muitas horas de urgência.

Nesta questão, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou esperar que estes problemas sejam pontuais e registou que o primeiro-ministro reconheceu os problemas no setor da saúde.

Já na semana passada, aconteceu talvez o mais grave problema interno nas equipas governativas formadas por António Costa desde novembro de 2015.

No passado dia 29, a dois dias do início do congresso do PSD, que marcou a entrada em funções do novo presidente Luís Montenegro, o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, fez publicar por via de um seu secretário de Estado um despacho sobre a futura solução aeroportuária para a região de Lisboa sem aparente conhecimento do primeiro-ministro, que se então se encontrava na cimeira da NATO em Madrid.

Nessa mesma noite, em entrevistas na RTP e na SIC Notícias, Pedro Nuno Santos assumiu as soluções de construção imediata do aeroporto do Montijo e mais tarde do aeroporto de Alcochete. Mas foi Pedro Nuno San-

tos foi ainda mais longe: Contrariou frontalmente a posição de António Costa, segundo a qual esta matéria requer um consenso com o maior partido da oposição, e assumiu que o Presidente da República não tinha sido consultado sobre essa solução.

Na manhã seguinte, antes de regressar a Lisboa, o primeiro-ministro determinou ao ministro que revogasse o seu despacho e reiterou que a solução do aeroporto deveria partir de um consenso com o PSD, acrescentando, ainda, que se trata de uma matéria em relação à qual o Presidente da República tem de ser informado. Face ao teor da posição de António Costa, a generalidade dos observadores políticos antecipou que este caso terminaria com a demissão do ministro, mas isso não aconteceu.

Já em Lisboa, António Costa recebeu Pedro Nuno Santos. Este regressou logo a seguir ao seu ministério, fez uma declaração pública a admitir "uma falha relevante" da sua parte, pediu desculpas aos seus colegas de Governo e adiantou que continuaria em funções.

Pouco depois, foi a vez de António comparecer perante os jornalistas para explicar a sua decisão. Salientou que Pedro Nuno Santos tinha cometido "um erro grave", mas que foi "prontamente corrigido", manifestou a convicção de que o seu ministro não tinha agido de "má-fé" e, como tal, a "confiança política estava totalmente restabelecida".

A concluir este episódio, o Presidente da República deixou um aviso: "É o primeiro-ministro que, naturalmente, é responsável pela escolha, mais feliz ou menos feliz, pela avaliação que a cada momento faz, mais feliz ou menos feliz, dos seus colaboradores relativamente às melhores hipóteses que têm para realizar os objetivos".

"É tão simples quanto isto", acrescentou.

ONDA DE CALOR TRAZ DE VOLTA O PESADELO DAS CHAMAS

A subida galopante das temperaturas, ao longo dos últimos dias, provocou incêndios em vários pontos do país que, por sua vez, já provocaram ferimentos a três bombeiros.

Os três elementos da corporação de bombeiros de Leiria ficaram feridos, na sexta-feira, na sequência do despiste da viatura onde seguiam para combater um incêndio na freguesia da Maceira, concelho de Leiria. Apesar do susto, os três bombeiros sofreram apenas ferimentos ligeiros.

Os incêndios mais graves, registados até ao final do dia de ontem, levaram quase mil bombeiros para o terreno, bem como dezenas de viaturas e meios aéreos de combate às chamas,

tiveram lugar nos concelhos da Guarda, Ourém, Sever do Vouga, Seixal e Carrizada de Ansiães.

Muitos destes incêndios tiveram início em zonas de difícil acesso por via terrestre, o que dificultou o combate às chamas. Para hoje, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera colocou 16 distritos de Portugal Continental em alerta laranja. Só Faro e Viana do Castelo escapam, estando, ainda assim, em alerta amarelo. Face a este cenário, o Governo decretou a situação de alerta até ao dia 15 de julho, até porque são esperadas temperaturas máximas de 40 graus Celsius e mínimas também elas elevadas, na ordem dos 20 graus, podendo, em várias regiões do interior, atingir os 25 graus.

Assim, estão proibidas a realização de queimadas e queimas, trabalhos nos espaços florestais com recurso a qualquer tipo de maquinaria, com exceção dos associados a situações de combate a incêndios rurais, bem como o acesso, circulação e permanência no interior dos espaços florestais.

Além dos incêndios, as altas temperaturas que se fazem sentir agravam a situação de seca no país. O Governo já fez saber que o país tem água para consumo humano para os próximos dois anos, porém, não colocou de parte o racionamento da mesma em determinadas zonas do país e para determinadas usas, como é o caso da agricultura.



NOVO ESTATUTO DO SNS É “MAIS UM ENGORDAR DO ESTADO”, ALERTAM MÉDICOS

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) considerou que o novo Estatuto do SNS é “uma fuga para a frente”, afirmando que os problemas do Serviço Nacional de Saúde não resultam de “falta de leis”, mas de investimento. “A razão dos problemas que o Serviço Nacional de Saúde está a atravessar não resultam de falta de leis, resultam fundamentalmente da falta de investimento”, disse à agência Lusa o secretário-geral do SIM, num comentário à aprovação na quinta-feira do Estatuto do SNS, que prevê a criação de uma direção executiva para coordenar toda a resposta assistencial no país. Jorge Roque da Cunha lembrou que os cortes da troika e as cativações do antigo ministro das Finanças, Mário Centeno, fizeram com que “a situação [do SNS] chegasse onde chegou” por falta de investimento em equipamentos, em locais de trabalho e em salários dos médicos. “Naturalmente, que o facto

de haver da parte da União Europeia um investimento de cerca de 1,2 mil milhões euros é uma boa notícia, mas em relação à ideia que o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde é a salvação, nós temos a maior das dúvidas”, salientou. Aludindo à dedicação plena prevista no estatuto, Roque da Cunha, disse que já estava contemplada nos últimos orçamentos do Estado e não foi regulamentada, mas disse que o sindicato está disponível para negociar. Quanto à existência de um diretor executivo para coordenar toda a resposta assistencial no SNS, afirmou que neste caso as preocupações do sindicato “são grandes”. “Parece-nos que é a criação de mais uma comissão com um estatuto superior a uma direção geral, com dezenas de assessores, colaboradores, secretárias, portanto, mais um engordar no aparelho de Estado, ao mesmo tempo que não temos qualquer dúvida que vai conflitar nas suas compe-

tências com as várias instituições que existem no SNS”, criticou. Roque da Cunha afirmou que vai haver competências dos membros do Governo que irão passar para essa entidade, bem como competências da Direção-Geral da Saúde, da Administração Central do Sistema de Saúde, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde “e, eventualmente, do próprio Infarmed e das Administrações Regionais de Saúde. André Ventura diz que novo Estatuto do SNS não serve. O presidente do Chega, André Ventura, criticou hoje o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS), apresentado pelo Governo na quinta-feira, considerando que “não oferece solução absolutamente nenhuma” para os problemas que se colocam atualmente. “A ministra da Saúde tinha anunciado uma grande reforma no âmbito do SNS, com a criação de um estatuto próprio para resolver os problemas do SNS. Acontece que nós

olhamos para este estatuto do SNS e vemos duas coisas curiosas, primeiro, que não toca em nenhum dos pontos principais cujos problemas neste momento se agudizam”, como a falta de profissionais ou o encerramento de serviços, afirmou. Em declarações aos jornalistas na Assembleia da República, em Lisboa, André Ventura defendeu que “não oferece solução absolutamente nenhuma e mantém tudo na mesma”. “Aliás, como o Governo nos tem habituado”, disse. “Não tem sequer dignidade para ser chamado estatuto do SNS, devia ter um nome qualquer de remendo do SNS e não de estatuto do SNS”, sublinhou. O deputado do partido CHEGA assinalou também a criação de uma direção executiva para coordenar toda a resposta assistencial no país, criticando a criação de mais cargos.

FISCO ALERTA PARA EMAILS FALSOS SOBRE ALEGADOS REEMBOLSOS DE IMPOSTOS

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) alertou, esta sexta-feira, os contribuintes para o envio de mensagens de correio eletrónico fraudulentas, supostamente provenientes do fisco para recebimento de reembolsos, com um ‘link’ para páginas maliciosas, que recomenda ignorar. Numa mensagem publicada no Portal das Finanças, informa ter conhecimento de que “alguns” contribuintes têm recebido mensagens de correio eletrónico supostamente provenientes da AT, nas quais é pedido que se carregue num ‘link’ que é fornecido para recebimento de um alegado reembolso. Como exemplo do corpo dessas mensagens mostra um email intitulado

“Aviso importante - Reembolso do IVA”, onde é dito que, com base no último cálculo fiscal, se determinou que o destinatário da mensagem é elegível para um reembolso de impostos de 1493 euros. “Clique em baixo para completar o processo de reembolso através do Portal das Finanças Website”, lê-se nesse email que a AT lembra ser falso e dever ser ignorado. “O seu objetivo [do email fraudulento] é convencer o destinatário a aceder a páginas maliciosas carregando nos ‘links’ sugeridos. Em caso algum deverá efetuar essa operação”, adverte.

TEATRO SÃO CARLOS: DEPUTADA SOCIALISTA E DIRETORA ARTÍSTICA ESCOLHE-SE A SI PRÓPRIA PARA ÓPERAS

Elizabete Matos, conhecida soprano de renome internacional, assumiu em outubro de 2019 o cargo de diretora artística do Teatro São Carlos em regime de exclusividade. Em janeiro deste ano foi eleita deputada pelo PS por Braga, cargo que só irá ocupar a partir de outubro de 2022, data em que o mandato no teatro São Carlos termina. Até aqui tudo normal, mas desde que ocupa o cargo, Elizabete Matos já se escolheu a si própria para três óperas, enquanto diretora artística do mesmo teatro, permitindo-lhe aumentar de forma substancial o seu ordenado. Ora, isto só foi possível porque a anterior ministra da Cultura, Graça Fon-

seca, emitiu um despacho à medida de Elizabete Matos, alterando os Estatutos da Opart, permitindo assim que esta se autoescolhesse para óperas que eram pagas à parte. Desde que ocupa o cargo, Elizabete Matos já participou como atriz em três óperas. A mais recente foi já em janeiro deste ano, na Ópera Andrea Chénier. Anteriormente, na Ópera Il Tabarro, a soprano recebeu 18.000 Euros por 3 récitas. Em setembro de 2020, realizou outro contrato para uma récita da Ópera As mulheres. Só nessa noite recebeu o mesmo que recebe de ordenado mensal como diretora artística do São Carlos. Ou seja, 5.000 Euros

SIRESP

FAVORECIMENTOS, NEGÓCIOS OBSCUROS E A IRMÃ DE UMA GOVERNANTE

Ex-presidente do SIRESP levanta suspeitas sobre concurso público

Sandra Perdigão Neves, anterior responsável pela gestão do SIRESP, lançou duras e graves acusações sobre o concurso público internacional lançado pelo Governo para o fornecimento de serviços ao SIRESP, avaliado em 75 milhões de euros para cinco anos, acrescido de um investimento de 36,5 milhões de euros a lançar pela secretária-geral do Ministério da Administração Interna.

A este propósito, e em entrevista à plataforma digital 'Gri Digital', a ex-presidente deste organismo veio dizer que "o primeiro lote do concurso público internacional, lançado na passada semana pelo Governo, é uma adjudicação direta à Motorola disfarçada de concurso público internacional".

A gravidade das afirmações não ficou por aqui e levou Sandra Perdigão Neves a referir que "só a Motorola tem condições para concorrer e ganhar este lote do concurso", uma vez que o sistema DIMETRA, sobre o qual está baseado o sistema que está a concurso, é da propriedade da MOTOROLA. Para além disso, Sandra Perdigão Neves apontou ao ex-secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Antero Luís, afirmando que "recusou executar ordens ilegítimas, ordens incompatíveis, que lesariam o Estado em milhões de euros".

Afirma igualmente que é uma impossibilidade para qualquer concorrente cumprir os prazos do concurso, abrindo assim a possibilidade ao Governo de efetuar ajustes diretos aos atuais fornecedores.

Sandra Perdigão Neves refere também, nessa entrevista, não compreender como o sistema SIRESP não foi incluído no PRR, tendo em conta que a tecnologia na qual está baseado já se encontra ultrapassada, o que impossibilita a transmissão de imagem e vídeo, não fazendo sentido continuar a apostar numa tecnologia com tantas limitações e com custos de manutenção superiores ao atual padrão tecnológico, o sistema LTE.

Recorde-se que o SIRESP é a rede de comunicações exclusiva para o comando, controlo e coordenação de comunicações em todas as situações de emergência e segurança, em território nacional - como o combate aos incêndios florestais ou emergência médica.

Irmã de secretária de Estado faz negócio com SIRESP

Segundo o Correio da Manhã (CM), a irmã da secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, trabalha numa empresa que fez negócio com o SIRESP e outras entidades ligadas ao Ministério da Administração Interna,

área da tutela da secretária de Estado. A NEC Portugal - Telecomunicações e Sistemas, empresa onde trabalha a irmã da governante, faturou a essas entidades do MAI quase 1,2 milhões de euros, tendo celebrado nove contratos com a secretária-geral do MAI, GNR, PSP e Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), entre novembro de 2019 e novembro de 2021. Seis desses contratos foram feitos por ajuste direto e três por concurso público.

Van Dunem afastou consultor do MAI por causa do SIRESP

O lançamento do concurso público do SIRESP já tinha levado a que Francisca Van Dunem, enquanto Ministra da Administração Interna, afastasse um consultor que estava a trabalhar com o MAI desde 2018 para as questões tecnológicas desse sistema, tendo inclusivamente pedido ao Ministério Público que averiguasse "se existe algum ilícito criminal na contratação da empresa".

A decisão da ex-ministra foi tomada depois de lhe terem chegado denúncias de favorecimentos que envolviam a responsável pela modernização e ampliação da rede SIRESP, tutelada pelo secretário de Estado Adjunto da Administração Interna (SEAAI), Antero Luís e Sandra Perdigão Neves, Presidente do Conselho de Administração da empresa SIRESP.

CHEGA chama ministro ao Parlamento

Na sequência das denúncias e acusações da ex-presidente do SIRESP relativamente ao concurso deste sistema, o Partido CHEGA já deu entrada de um requerimento para ouvir no Parlamento o ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, o ex-secretário de Estado da Administração Interna, Antero Luís, e a ex-presidente do SIRESP, SA., Sandra Perdigão Neves.

Segundo o CHEGA, "tratando-se de dinheiro público e da crucial importância que o SIRESP tem para o comando, controlo e coordenação de todas as situações de emergência e segurança em território nacional, e perante as gravíssimas afirmações da anterior Presidente do SIRESP, Sandra Perdigão Neves, o CHEGA entende que se impõem esclarecimentos ao mais alto nível, razão pela qual pediu a audição urgente da própria ex-presidente do SIRESP, do Ministro da Administração Interna, e do Ex-Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. Antero Luís."

A ex-presidente do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) fez declarações demolidoras relativamente ao concurso público lançado pelo Governo para a gestão e manutenção deste sistema. A par disto, sabe-se agora que a irmã da secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, trabalha numa empresa que fez negócio com o SIRESP, área tutelada pela secretária de Estado.

Já ninguém consegue adivinhar quais serão as cenas dos próximos capítulos.

DEPUTADOS DO CHEGA NO CONGRESSO DO PSD APONTAM "DISCURSO CONTRADITÓRIO" E "FALTA DE CORAGEM" DE MONTENEGRO

O deputado do CHEGA, Diogo Pacheco de Amorim, considera que o novo PSD que sai da tomada de posse de Luís Montenegro como presidente, está longe de ser a oposição que o país precisa.

Em declarações aos jornalistas no 40º Congresso do PSD, Diogo Pacheco de Amorim sublinhou que o novo presidente dos sociais-democratas teve um discurso cheio de frases "combativas" que prometiam "fazer uma oposição sólida" ao PS. No entanto, existiram "variadíssimas intervenções ao longo do Congresso que deram um sinal contrário". Naturalmente, considerou Pacheco de

Amorim, este é um terreno fértil para o CHEGA se destacar, ainda mais, como o único partido da oposição em Portugal. A deputada Rita Matias, que também esteve no Congresso, acusa Luís Montenegro de estar a "jogar nos dois lados" devido à "postura dúbia" que assumiu no discurso de encerramento. "Rui Rio disse logo ao que vinha, mas Luís Montenegro não teve essa coragem, não sei se por pressão do

Congresso que, na maioria, disse não querer aproximações ao CHEGA", apontou, acrescentando que as soluções apresentadas pelo agora presidente do PSD "são mais do mesmo". "Reformas estruturais, nem vê-las", concluiu. Esta ideia foi também vincada por André Ventura que, num vídeo enviado ao Folha Nacional, destacou os "sinais preocupantes que vieram deste

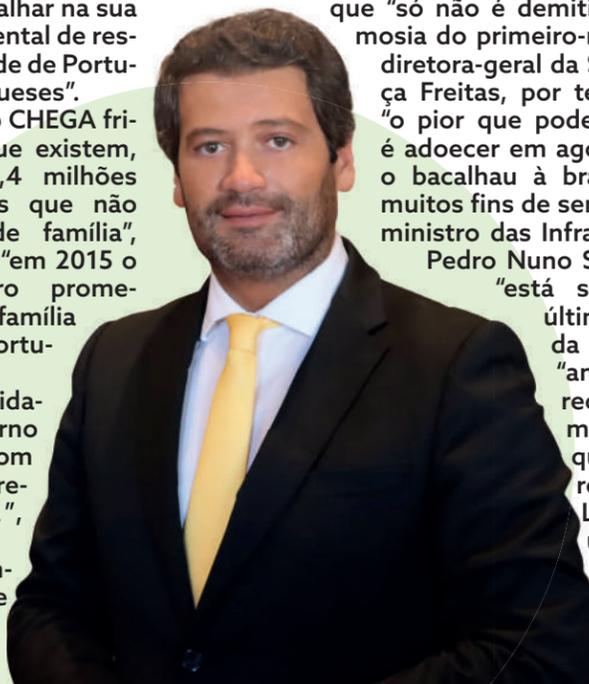
congresso", especialmente, venceu, a "tendência e a persistência [do PSD] em aproximar-se mais do PS do que do CHEGA", o que, frisou, "foi o erro estratégico de Rui Rio". O 40º Congresso do PSD decorreu, no último fim de semana, no Palácio de Cristal, no Porto, e contou com a presença dos deputados Rita Matias e Diogo Pacheco de Amorim em representação do CHEGA.

ANDRÉ VENTURA ATACA GOVERNO QUE "FALHOU NA MISSÃO DE RESTAURAR A DIGNIDADE DOS PORTUGUESES"

O presidente do CHEGA, André Ventura, justificou a moção de censura apresentada pelo seu partido com a "desorganização e desorientação" do Governo e recusou que o tenha feito "por qualquer motivo de agenda política". "O senhor primeiro-ministro sabe que tem pela frente um desafio que já não consegue concretizar, a desorganização e a desorientação geral do

Governo são prova disso mesmo. O caos na saúde, nos combustíveis, no aeroporto e um ministro que já não existe são a prova final que precisávamos de que este Governo já não está cá para exercer funções", afirmou. No arranque do debate na Assembleia da República, André Ventura insistiu que "esta moção de censura não é feita por qualquer motivo de agenda política nem por qualquer

motivo supérfluo" e acusou o Governo de "falhar na sua missão fundamental de restaurar a dignidade de Portugal e dos portugueses". O presidente do CHEGA frisou também que existem, atualmente, "1,4 milhões de portugueses que não têm médico de família", lembrando que "em 2015 o primeiro-ministro prometeu médicos de família para todos os portugueses". "A responsabilidade é deste Governo que governou com o apoio da extrema-esquerda", atirou. Ainda no arranque do debate da moção de censura, André Ventura dirigiu



duras críticas à ministra da Saúde, que "só não é demitida por teimosia do primeiro-ministro"; à diretora-geral da Saúde, Graça Freitas, por ter dito que "o pior que pode acontecer é adoecer em agosto" e que o bacalhau à brás "estraga muitos fins de semana"; e ao ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, que "está sentado no último lugar da bancada" e "anda desaparecido" num momento em que o "aeroporto de Lisboa está um caos e, por isso, foi considerado o pior do mundo".

MINISTRA DA AGRICULTURA ADMITE "MAIORES RESTRIÇÕES AO USO" DA ÁGUA

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, admitiu que o Governo pode avançar, a curto prazo, com "maiores restrições ao uso" da água no setor, devido à situação de seca que atravessa o país. "Estamos preocupados com esta situação" de seca no país e "as medidas de curto prazo, infelizmente, podem passar por maiores restrições ao uso" da água no setor da agricultura, afirmou a governante, em Évora. Maria do Céu Antunes, que falava aos jornalistas no final do Fórum Regional do Alentejo do Programa Bairros Saudáveis, referiu que "as situações difíceis" na área da agricultura "estão identificadas" e têm medidas de contingência previstas. "Se esta situação continuar, vamos ter necessidade, a todo o tempo, de rever a situação e de aplicar aquilo que está previsto em cada um dos planos de contingência das albufeiras que são de fins agrícolas", sublinhou. Porém, segundo a ministra, os responsáveis das albufeiras com as características hidroagrícolas "têm estado a colaborar de forma bastante ativa, nomeadamente para o abaste-

cimento humano", quando "não existe outra fonte de abastecimento". Além de medidas de curto prazo para minimizar os efeitos da seca meteorológica, a titular da pasta da Agricultura defendeu que também é preciso "pensar no futuro próximo" com soluções a longo prazo. Nesse sentido, revelou, o Ministério da Agricultura "está a abrir um aviso de 12 milhões de euros" para apoiar a instalação de sistemas de precisão para o uso da água nas explorações agrícolas. "É fundamental que possamos ter sistemas de regadio cada vez mais eficientes", quer "do ponto de vista do uso da água, mas também da energia", disse. Reconhecendo que, devido à seca, já "há quebras na produção" agrícola, a ministra assinalou que o Governo tem, desde 01 de março deste ano, um conjunto de apoios para os agricultores. Maria do Céu Antunes deu como exemplos as ajudas concedidas aos produtores de arroz, aos agricultores que plantem em terrenos que estejam em pousio, à produção animal biológica e para a instalação de sistemas de abeberamento para os animais.



"Existe ainda um conjunto de medidas financeiras, a fundo perdido, que está a ser ultimado", salientou, indicando que estes apoios, num total de 27 milhões de euros, consistem na "utilização da reserva de crise". De acordo com a responsável, o Governo português, que aguarda agora "autorização da Comissão Europeia para fazer os pagamentos", vai utilizar esta verba nos setores da suinicultura, das aves e ovos e do leite. O ministério está também a "preparar a utilização de 51 milhões de euros dos fundos de desenvolvimento rural", com mais sete milhões do Orçamento do Estado, para "ajudar, de forma mais transversal, todos os setores", acrescentou. O Fórum Regional do Alentejo do Programa Bairros Saudáveis foi um dos cinco realizados de norte a sul do país para partilhar experiências e apresentar os primeiros resultados dos projetos apoiados. Criado em 2020, o Programa Bairros Saudáveis é um programa público, de natureza participativa, multisetorial, que visa a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis.

URGÊNCIA DE PEDIATRIA DO HOSPITAL DE FARO ENCERRADA AMANHÃ

A urgência de pediatria da Unidade Hospitalar de Faro vai estar encerrada até às 09:00 de domingo, devido à dificuldade em assegurar escalas, informou hoje o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA). "Devido à dificuldade em assegurar escalas, só a urgência de pediatria da Uni-

dade Hospitalar de Faro vai estar encerrada até às 09:00 do dia 10/07/2022 [domingo]", segundo um comunicado do conselho de administração do CHUA, enviado à agência Lusa. Na nota, o organismo de Saúde algarvio acrescenta que "durante o período acima mencionado, a resposta

assistencial regional do CHUA em urgência de pediatria está garantida na Unidade Hospitalar de Portimão". O CHUA assegura ainda que foi "reorganizada uma resposta assistencial coordenada e articulada com a Unidade Hospitalar de Portimão, garantindo a qualidade e segurança dos serviços prestados a nível regional". O organismo refere também que todos os restantes serviços e áreas assistenciais, nomeadamente o internamento de pediatria, os cuidados intensivos neonatais e pediátricos e os blocos de partos "encontram-se a funcionar em pleno nas Unidades

Hospitales de Portimão e Faro". O diretor clínico do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), Horácio Guerreiro, publicou na sua conta na rede social Facebook que as urgências de pediatria do Hospital de Faro estão encerradas desde as 21:00 de quinta-feira. Os serviços de urgência de diversas especialidades e blocos de partos de vários hospitais do país tiveram de encerrar por determinados períodos ou funcionaram com limitações nas últimas semanas, devido à dificuldade dos hospitais em completarem as escalas de serviço de médicos especialistas.

TEMPERATURAS SUBIRAM ESTA SEMANA ATÉ AOS 40 GRAUS



As temperaturas subiram, desde quarta-feira em Portugal continental, tendo atingido os 40 graus Celsius em algumas regiões, levando a um aumento significativo do perigo de incêndio rural, Segundo o IPMA. De acordo com o meteorologista Bruno Café, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), estas temperaturas devem-se a um "fluxo do quadrante leste na circulação de um anticiclone localizado a nordeste dos Açores, estendendo-se em crista até à Europa Central, transportará uma massa de ar quente e seco sobre o território do continente". "Além das máximas, tivemos igualmente uma subida das mínimas associadas a noites tropicais, ou seja acima dos 20 graus em alguns locais como o Algarve, terras altas e Vale do Tejo", disse. Segundo Bruno Café, estas condições meteorológicas associadas também

a valores baixos da humidade relativa do causam um aumento significativo do perigo de incêndio rural. "Há aqui uma conjugação quer do aumento das temperaturas, quer da diminuição da humidade relativa, quer durante a tarde quer durante a noite, e aumento da intensidade do vento nas terras altas do interior norte e centro do quadrante leste. Isto tudo faz com que aumente gradualmente o perigo de incêndio rural", afirmou. De acordo com o meteorologista do IPMA, esta situação de tempo quente, com temperaturas elevadas deverá manter-se pelo menos até meio do mês. "Tudo indica que a tendência até ao meio do mês deverá manter-se. Poderá haver algumas oscilações nas temperaturas, mas de um modo geral a tendência será manter-se até ao meio do mês, não quer dizer que isto não se possa prolongar", referiu.



MAIS DE 70% DOS EMIGRANTES QUEREM REGRESSAR A PORTUGAL

Mais de 70% dos portugueses residentes no estrangeiro querem regressar a Portugal, a médio ou longo prazo, e 73% já investiram ou consideram como provável investir no seu país, segundo um inquérito da Sedes divulgado. Dos 300 emigrantes e lusodescendentes abrangidos pelo inquérito, apenas 18% disse não pretender voltar a viver no seu país de origem, enquanto 11,6% afirmaram querem regressar a curto prazo e 71% responderam que querem voltar a viver em Portugal a médio ou longo prazo ou apenas após a reforma (43% e 28%, respetivamente). Os baixos salários portugueses são para 62% dos inquiridos a razão de ainda não terem voltado para o seu país. Por seu lado, 19% dizem ser por falta de reconhecimento social das suas competências e funções, quando comparado com o que lhe é dado no país de acolhimento e 30% indica como razão para ainda não ter regressado os níveis

de compadrio e corrupção em Portugal. Já para 27% dos inquiridos a falta de oportunidade profissional é o obstáculo ao regresso, enquanto para 22% é o mau sistema de saúde. Os serviços administrativos em Portugal também são apontados como um obstáculo por 16% dos inquiridos e o sistema político em Portugal por 11%, assim como o sistema jurídico português, que é referido por outros 11%. Apenas 6% refere as faltas de apoio ao regresso como um obstáculo e outros 6% diz que não podem vir ainda para Portugal para não interromperem o percurso escolar dos filhos. Mais e melhor comunicação e informação, maior proximidade, melhores serviços consulares e uma ligação mais forte e formal com as comunidades portuguesas são alguns dos aspetos que os emigrantes inquiridos consideraram como essenciais para se reforçar a sua ligação a Portugal.

Mas também referem como outros aspetos importantes a existência de políticas de promoção de ensino da língua e história portuguesas, de melhores meios de comunicação social dedicados às comunidades, o reforço dos laços com os lusodescendentes e que se considerem os portugueses em mobilidade ou residentes no estrangeiro com o mesmo valor e respeito que os que vivem no país, referindo muitas vezes o atendimento consular desrespeitoso, como exemplo contrário a isso. Além disto, consideram que Portugal deve "facilitar o exercício de voto", ter "maior eficácia nos postos consulares" e "maior presença e proximidade consular". Os emigrantes abrangidos pelo inquérito apontam ainda a necessidade de se criar "um provedor do emigrante" e que haja "menos burocracia e lentidão administrativa". Mas também defendem que se dê a conhecer as realidades das comunidades por-

tuguesas e que se reforcem as sinergias entre estas e o país, através de um maior diálogo e cooperação. Porém, do universo de 300 inquiridos neste inquérito da Sedes - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, "73% já investiu ou avalia como provável vir a investir em Portugal" numa casa, num negócio ou noutra coisa. Este inquérito, que se insere no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Observatório das Comunidades Portuguesas, abrangeu 300 portugueses residentes no estrangeiro, 60% dos quais com idades compreendidas entre os 40 e 65 anos e 26% entre os 26 e os 40 anos. Quanto ao período de emigração dos inquiridos, 40,5% são oriundos da nova vaga de emigração e 18% emigraram nos anos 1960/1970. Já 11,3% dos inquiridos são lusodescendentes.

AGRICULTORES ACUSAM MINISTRA DE NÃO CUMPRIR PELA 3.ª VEZ PAGAMENTO DE VERBA DA PAC

A Confederação dos Agricultores de Portugal acusou esta sexta-feira a ministra de não cumprir o pagamento de uma verba da Política Agrícola Comum (PAC), pela terceira vez, e apelou ao protesto através de reclamações escritas a Maria do Céu Antunes.

"A Confederação dos Agricultores de Portugal confirma que, à data de hoje e pela terceira vez, os agricultores portugueses voltaram a não receber qualquer pagamento das verbas da PAC. Nem um centímetro", informou em comunicado.

Segundo a confederação, a ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, comprometeu-se, no dia 21 de abril, a liquidar antecipadamente uma determinada verba da PAC até 30 de maio, o que não aconteceu, tendo depois sido adiado o prazo para junho, o que também não aconteceu, e, por fim, para hoje. ACAP considerou que a "situação é inadmissível e assume proporções insustentáveis". "Em consequência da promessa da ministra, os agricultores anteciparam decisões financeiras, firmaram

contratos e encomendas junto de fornecedores e assumiram responsabilidades. As situações de incumprimento em que muitos agricultores se encontram, decorrem, diretamente, da falta de cumprimento da palavra da ministra da Agricultura", venceu o presidente da CAP, Eduardo Oliveira e Sousa, citado na mesma nota. Desta forma, a confederação apelou a que os agricultores que se sentem lesados pela situação enderecem por escrito as suas queixas e indignações a Maria do Céu Antunes, como forma de protesto.



FORÇAS DE SEGURANÇA ADMITEM VOLTAR AOS PROTESTOS

A estrutura que congrega sindicatos e associações da PSP, GNR, SEF, guardas prisionais, Polícia Marítima e ASAE pediu hoje uma reunião de urgência com o primeiro-ministro e admitiu avançar com protestos a partir de setembro.

A Comissão Coordenadora Permanente (CCP) dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança esteve reunida na terça-feira, no Porto, e decidiu pedir uma reunião a António Costa, por considerar que as várias estruturas e sindicatos são tutelados por diferentes ministérios e não tem existido a postura de diálogo prometida pelo Governo.

César Nogueira, secretário nacional da CCP e presidente da Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR) disse à Lusa que o pedido de reunião com o primeiro-ministro já foi feito hoje e lamentou que, das seis estruturas que pertencem à CCP, apenas duas foram recebidas pelo ministro da respetiva tutela, designadamente a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP) e sindicato dos inspetores do SEF, que tiveram encontros com o ministro da Administração Interna.

César Nogueira lembrou a José Luís Carneiro que "há coisas mais importantes do que festas e entrega de medalhas".

"Os profissionais das forças de segurança não estão dispostos a aceitar com passividade a atual situação, motivo pelo qual, considerando que estão envolvidas várias tutelas, solicita uma reunião com urgência ao primeiro-ministro. A CCP faz votos para que o Governo cumpra a sua promessa de postura dialogante, pois caso contrário, a breve trecho, formas de protesto surgirão, já a partir de setembro", refere aquela estrutura, em comunicado. O secretário nacional da CCP precisou que em causa estão questões como a atualização das tabelas remuneratórias, melhoria das condições de trabalho e a indefinição do futuro dos inspetores do SEF com a extinção deste serviço. César Nogueira recordou que os vencimentos dos profissionais das forças e serviços de segurança não têm sofrido qualquer alteração, existindo polícias que não são aumentados há mais de 10 anos.

AGENTES DA PSP E GUARDAS PRISIONAIS ALVO DE AGRESSÕES

O desrespeito às forças de segurança continua a fazer vítimas. Desta vez, oito agentes da PSP foram apedrejados e três guardas prisionais agredidos.

Os elementos da Polícia de Segurança Pública foram apedrejados quando, na madrugada de domingo, patrulhavam, em regime gratificado, as festas do Catujal, no concelho de Loures.

Já perto da hora de encerramento das festas, cerca das 02h30, um grupo de jovens atirou pedras aos agentes, não tendo conseguido, contudo, ferir nenhum dos polícias. Apesar de terem sido chamados reforços para o local, os agressores fugiram sem que fosse possível serem identificados.

Antes, na sexta-feira, um recluso do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos, havia insultado uma funcionária e, posteriormente, agredido um guarda prisional. Na sequência das agressões, o guarda precisou de receber tratamento hospitalar e encontra-se, neste momento, de baixa médica, sendo que não está ainda descartada uma intervenção cirúrgica ao ombro.

Mas esta não foi a única agressão na prisão de Santa Cruz do Bispo. Na mesma semana, outros dois guardas passaram pela mesma situação de agressões. Feitas as contas, em apenas uma semana contam-se oito agentes da PSP apedrejados e três guardas prisionais agredidos, não se registando, porém, nenhuma declaração do ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, a condenar estes atos e a prestar apoio aos elementos das forças de segurança.

MOÇÃO DE CENSURA, POIS CLARO!

É curioso que a principal crítica que se faz ao CHEGA por ter apresentado uma moção de censura ao governo, tenha sido que não é o momento, pois este governo só está em funções há pouco mais de três meses. Não podia estar mais em desacordo. As figuras regimentais podem e devem ser utilizadas quando sejam necessárias. Temos um governo que em 100 dias deixou a saúde num caos, com Urgências pediátricas fechadas, bebés a morrerem à porta do hospital, pessoas a morrer à espera de uma ambulância. Um milhão e quatrocentos mil portugueses sem médico de família! E a Ministra continua no cargo. Este governo, que deixou os combustíveis atingirem máximos históricos, com aumentos sem precedentes, alega que baixou os impostos, mas ninguém sente isso. A nossa proposta é muito mais séria: fazer como em Espanha, com desconto directo na factura dos combustíveis e aí sim, poder melhorar a vida do cidadão comum. E a trapalhada de Pedro Nuno Santos e António Costa? Um Ministro desautorizado publicamente poderá ficar no lugar? Este governo é responsável pelo caos que se vive nos aeroportos e ainda diz o Ministro da Economia que o "turismo é a alavanca do país"! Então se é assim que tratamos o turista, não ficará certamente com saudades de Portugal! Existe muito mais para censurar neste governo frágil e sem rumo. Na Agricultura, nas Pescas, na Justiça, na Educação. Um governo que, segundo António Costa, "se mantém coeso e credível"! Coeso? Depois do que se viu entre Ministro e Primeiro-Ministro? E que credibilidade pode ter um governo que tem como Ministro das Finanças Fernando Medina que passou dados de activistas russos ao governo de Putin? Debate da Moção de Censura do CHEGA Este é um governo que mereceu ter sido chamado ao Parlamento para responder a uma moção de censura, feita pelo único partido que realmente faz oposição. BE e PCP, antigos parceiros de geringonça, criticam, mas na hora de votar, lá estiveram ao lado dos socialistas; PAN e Livre são porta-vozes e apêndices do PS; à IL e ao PSD faltou coragem para votar ao nosso lado. Aliás, liberalismo rima com socialismo e só prova que, se o PS precisasse dos liberais para formar governo, eles lá estariam. O PSD é o que se viu: amorfo, sem ideias e sem destino, por muito que a comunicação social o tente segurar. Percebeu-se claramente que entregou ao CHEGA a liderança da oposição e é com muito gosto que a assumimos. Eles dizem ser a "oposição responsável", mas responsável é desmascarar o socialismo e preparar o futuro. Isso sim, é ser responsável, o resto é ser apenas uma muleta dos socialistas, como Rui Rio o foi! Pode Luís Montenegro dar as voltas que quiser ao país, mas os portugueses não se esquecerão que, na primeira vez que pôde realmente censurar um governo que tem feito muito mal a Portugal, o PSD escondeu-se! Da nossa parte, estamos de consciência tranquila. A moção de censura foi chumbada pela maioria socialista, mas nós cumprimos o nosso dever, pelos portugueses, por Portugal!



PEDRO PINTO
LÍDER DA BANCADA PARLAMENTAR DO PARTIDO CHEGA

GASOLINA E GASÓLEO VENDIDOS ACIMA DO PREÇO DE REFERÊNCIA

A média dos preços nas gasolinhas ficou, na semana entre 27 de junho e 03 de julho, no caso da gasolina, 1,6 centavos acima do preço médio semanal determinado pela ERSE e 0,1 centavos no gasóleo.

De acordo com a informação do Relatório Semanal de Supervisão dos Preços de Venda ao Público, publicado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) "relativamente à semana anterior verificou-se que a média dos Preços de Venda ao Público anunciados nos pósticos, e reportada no Balcão Único da Energia, esteve 1,6 cent/l acima do preço eficiente, dessa semana, no caso da gasolina 95 simples e 0,1 cent/l acima no caso do gasóleo simples".

Paralelamente, "a gasolina 95 simples foi anunciada nos pósticos 0,7% acima do preço eficiente e o gasóleo simples

foi anunciado em linha com o preço eficiente", detalhou ainda a ERSE.

O preço eficiente "é um preço médio semanal determinado pela ERSE e resulta da soma das seguintes componentes: os preços dos combustíveis nos mercados internacionais de referência e os respetivos fretes marítimos, a logística primária, incluindo nesta parcela as reservas estratégicas e de segurança do Sistema Petrolífero Nacional, os sobre custos com a incorporação de biocombustíveis e a componente de retalho acrescida dos impostos respetivos", recordou o regulador.

No documento, a entidade referiu que "ainda relativamente à semana anterior", no que respeita aos preços com descontos que são preços médios publicado pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), "a gasolina 95 simples apresentou um desvio de - 1,5%

face ao preço eficiente e o gasóleo simples - 3,0%", sendo que, "em termos absolutos, estas estimativas situam-se, para a gasolina 95 simples e para o gasóleo simples, em 3,1 cent/l e 6,1 cent/l abaixo dos preços eficientes, respetivamente", disse a ERSE.

De acordo com o regulador, para esta semana, (04 a 10 de julho) "o preço eficiente antes de impostos é de 1,275 €/l para a gasolina 95 simples e de 1,320 €/l para o gasóleo simples", mas após impostos este preço "fica nos 2,129 €/l e nos 2,033 €/l, para a gasolina 95 simples e para o gasóleo simples, respetivamente".

Na sexta-feira, Governo anunciou que o desconto no Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) equivalente a uma descida da taxa do IVA dos 23% para os 13% vai manter-se nos meses de julho e agosto.

Em comunicado, o Ministério das Finan-

ças referiu que o Governo renovou as medidas de mitigação do aumento do preço dos combustíveis para os meses de julho e agosto, através de uma redução nos impostos e aprovou novas medidas para os setores mais afetados.

"Quanto à compensação por via de redução de ISP da receita adicional de IVA decorrente de subidas de preços dos combustíveis, o valor ficará estabilizado nos próximos dois meses, terminando as atualizações semanais deste imposto", foi referido na nota. Complementarmente, adiantou o Ministério na nota, a atualização da taxa de carbono vai manter-se suspensa por mais dois meses.

O Governo sublinhou que a diminuição da carga fiscal será de 28,2 centavos por litro de gasóleo e 32,1 centavos por litro de gasolina, adiantando que este desconto será reavaliado em agosto.

AS TAXAS DE JURO DO EMPRÉSTIMO DA CASA SOBEM A TRÊS E SEIS MESES

As taxas Euribor subiram hoje a três e a seis meses, no prazo mais curto para um novo máximo desde fevereiro de 2016, e desceram a 12 meses face a quarta-feira.

A taxa Euribor a seis meses, a mais utilizada em Portugal nos créditos à habitação e que entrou em terreno positivo em 06 de junho, avançou hoje para 0,238%, mais 0,012 pontos, contra 0,291% em 17 de junho, um máximo desde setembro de 2014.

A média da Euribor a seis meses subiu de -0,144% em maio para 0,162% em junho. A Euribor a seis meses esteve negativa durante seis anos e sete meses (entre 06 de

novembro de 2015 e 03 de junho de 2022). No mesmo sentido, no prazo de três meses, a Euribor subiu hoje, ao ser fixada em -0,141%, mais 0,011 pontos e um novo máximo desde fevereiro de 2016.

A média da Euribor a três meses, a única que está em terreno negativo, subiu de -0,386% em maio para -0,239% em junho.

Em sentido contrário, a Euribor a 12 meses caiu hoje, ao ser fixada em 0,821%, menos 0,018 pontos e contra 1,124% em 17 de junho, um máximo desde agosto de 2012.

Após ter disparado em 12 de abril para 0,005%, pela primeira vez posi-

tiva desde 05 de fevereiro de 2016, a Euribor a 12 meses está em terreno positivo desde 21 de abril.

A média da Euribor a 12 meses avançou de 0,287% em maio para 0,852% em junho.

As Euribor começaram a subir mais significativamente desde 04 de fevereiro, depois de o Banco Central Europeu (BCE) ter admitido que poderia subir as taxas de juro diretoras este ano devido ao aumento da inflação na zona euro e a tendência foi reforçada com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro.

A evolução das taxas de juro Euribor está intimamente ligada às subidas ou descidas

das das taxas de juro diretoras BCE.

As taxas Euribor a três, a seis e a 12 meses entraram em terreno negativo em 21 de abril de 2015, 06 de novembro de 2015 e 05 de fevereiro de 2016, respetivamente.

As taxas Euribor a três, a seis e a 12 meses registaram mínimos de sempre, respetivamente, de -0,605% em 14 de dezembro de 2021, de -0,554% e de -0,518% em 20 de dezembro de 2021.

As Euribor são fixadas pela média das taxas às quais um conjunto de 57 bancos da zona euro está disposto a emprestar dinheiro entre si no mercado interbancário.



NAV FAZ ACORDO COM FORÇA AÉREA PARA REDUZIR ATRASOS NO AEROPORTO DE LISBOA

A NAV Portugal anunciou uma nova Carta de Operações com a Força Aérea, para o verão, que vai permitir reduzir atrasos no aeroporto de Lisboa e maior otimização da capacidade da infraestrutura.

Esta nova carta de operações redesenha o espaço aéreo, com cedências de espaço em períodos temporais nas áreas militares de Monte Real e de Sintra, contribuindo positivamente para a redução de atrasos das aeronaves e na maior otimização da capacidade da área terminal e das aproximações ao aeroporto Humberto Delgado", lê-se num comunicado enviado pela prestadora de serviços de navegação aérea.

A NAV esclareceu que o novo acordo foi feito no âmbito do Órgão Permanente para a Coordenação da Gestão e Uso do Espaço Aéreo (OCEA), do qual fazem parte a Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), a Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN), a NAV Portugal e a Força Aérea Portuguesa. A carta de operações para o verão vai

permitir, segundo a NAV, "uma otimização da conciliação da atividade militar e a aviação civil, nos serviços de navegação aérea".

"Esta iniciativa, fruto de um forte e franco espírito de cooperação entre as diversas entidades participantes, tem como objetivo potenciar mais tráfego, permitindo novas rotas de acesso ao espaço aéreo nas áreas circundantes ao aeroporto Humberto Delgado, potenciando maiores benefícios para os utilizadores desta infraestrutura", acrescentou a NAV.

Nas últimas semanas, tem-se assistido a uma vaga de cancelamentos e perturbações na operação das companhias aéreas e aeroportos, sobretudo devido a falta de pessoal, num contexto de recuperação rápida do transporte aéreo, depois da pandemia.

Adicionalmente, o aeroporto de Lisboa vive no limite da sua capacidade, enquanto se aguarda uma decisão sobre nova solução aeroportuária para a região de Lisboa.

EUA QUEREM INVESTIGAÇÃO À TIKTOK POR SUPOSTA ESPIONAGEM CHINESA

Um comité do Senado dos Estados Unidos pediu na terça-feira à Comissão Federal de Comércio que investigue se as autoridades chinesas estão a aceder a dados de utilizadores norte-americanos através da aplicação TikTok.

A carta, assinada pelo presidente do Comité de Inteligência, o democrata Mark Warner, e pelo vice-presidente, o republicano Marco Rubio, insta a Comissão a estudar em detalhe o uso que engenheiros e funcionários chineses poderiam fazer dos dados recolhidos pela TikTok e pela proprietária da rede social, a chinesa ByteDance Technology.

"Escrevemos em resposta a relatórios públicos sobre indivíduos da República Popular da China que acederam a dados de utilizadores dos EUA,

contradizendo outras declarações públicas e, especificamente, um testemunho sob juramento em outubro de 2021", afirma a carta.

Os senadores também destacaram o vínculo da empresa com o governo chinês, que detém uma participação na ByteDance.

Na carta, o Comité de Inteligência cita um artigo do portal noticioso BuzzFeed, publicado em meados de junho, que afirma que funcionários chineses da TikTok e da ByteDance acedem regularmente a dados confidenciais de utilizadores norte-americanos, segundo gravações de reuniões internas da empresa.

A TikTok confirmou esta informação, mas garantiu à agência France Presse (AFP) que "nunca partilhou dados de uti-

lizadores dos EUA com o governo chinês e não o faria se solicitada a fazê-lo".

O artigo do BuzzFeed afirma que a empresa transfere alguns dos dados recolhidos para funcionários em Pequim. Isto embora representantes da TikTok tenham negado, durante uma audiência no Congresso dos EUA, em outubro de 2021, qualquer contacto entre a aplicação e o governo chinês. "Atualizações recentes da política de privacidade da TikTok, indicando que pode recolher dados biométricos, como impressões faciais e registos de voz, levantam preocupações de que os dados de utilizadores dos EUA possam estar vulneráveis ao acesso extrajudicial por parte das agências de segurança da China", acrescentou a carta.

A TikTok está sob escrutínio desde

2019, quando o ex-presidente dos EUA Donald Trump (2017-2021) exigiu que a ByteDance vendesse a aplicação a empresas americanas para continuar a operar no país, medida que nunca foi implementada.

Na segunda-feira, o Brasil abriu um processo administrativo para investigar se a rede social chinesa TikTok viola os direitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor, tais como a proteção contra conteúdos nocivos. Na Europa, a TikTok prometeu na semana passada alinhar as suas práticas com as regras da União Europeia sobre publicidade e proteção ao consumidor, após diálogo com a Comissão Europeia e a rede de autoridades nacionais de proteção ao consumidor.

CANADÁ VAI DEITAR FORA 13,6 MILHÕES DE DOSES DA VACINA

O Canadá vai desfazer-se de 13,6 milhões de doses da vacina para a covid-19 da AstraZeneca, por não ter conseguido encontrar compradores no país ou no exterior, anunciou na terça-feira o regulador de saúde canadiano.

O país norte-americano assinou com a farmacêutica AstraZeneca em 2020 para receber 20 milhões de doses, sendo que 2,3 milhões de canadianos receberam pelo menos uma dose do produto, principalmente entre março e junho de 2021. Na sequência das dúvidas que surgiram, na primavera de 2021, sobre o risco de formação de coágulos sanguíneos raros, mas potencialmente fatais deste imunizante, Otava optou por utilizar o fornecimento que tinha das vacinas mRNA da Pfizer-BioNTech e da Moderna.

Em julho de 2021, o Canadá prometeu doar as restantes vacinas da As-

traZeneca - cerca de 17,7 milhões de doses. No entanto, 13,6 milhões de doses passaram o prazo de validade e terão de ser deitadas fora, disse em comunicado a agência governamental Health Canada.

"Devido à procura limitada da vacina e aos desafios do país recetor com a sua distribuição e absorção, não foram aceites", pode ler-se na nota.

O Canadá doou um total de 8,9 milhões de doses da vacina AstraZeneca - 4,8 milhões faziam parte do fornecimento principal e 4,1 milhões foram adquiridas através do mecanismo de partilha de vacinas COVAX.

Cerca de 85% dos canadianos são considerados totalmente vacinados, em comparação com 61% da população mundial e apenas 16% das pessoas que vivem nas regiões mais pobres do globo.

MORREU JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS



O antigo Presidente de Angola José Eduardo dos Santos morreu hoje aos 79 anos, anunciou hoje a Presidência da República angolana.

"O Executivo da República de Angola leva ao conhecimento da opinião pública nacional e internacional, com um sentimento de grande dor e consternação, o falecimento de Sua Excelência o ex-Presidente da República, Engenheiro José Eduardo dos Santos, ocorrido hoje às 11h10 [10:10 em Lisboa], (...) após prolongada doença", pode ler-se no comunicado.

O executivo angolano, que apresenta "profundos sentimentos de pesar" à família, apela ainda "à serenidade de todos neste momento de dor e consternação". "O Executivo da República de Angola inclina-se, com o maior respeito e consideração, perante a figura de um Estadista de grande dimensão histórica, que regeu durante muitos anos com clareza e humanismo os destinos da

Nação Angolana, em momentos muito difíceis", acrescenta o comunicado.

O antigo Presidente da Angola estava há duas semanas internado nos cuidados intensivos de uma clínica em Barcelona.

O ex-Presidente, de 79 anos, tinha problemas de saúde há vários anos e foi acompanhado em Barcelona desde 2006.

José Eduardo dos Santos sucedeu a Agostinho Neto como Presidente de Angola em 1979 e deixou o cargo em 2017, cumprindo uma das mais longas presidências no mundo, sendo era regularmente acusado por organizações internacionais de corrupção e nepotismo. Em 2017, renunciou a recandidatar-se e o atual Presidente, João Lourenço, sucedeu-lhe no cargo, tendo sido eleito também pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que governa no país desde a independência de Portugal, em 1975.

EX-PRIMEIRO-MINISTRO JAPONÊS SHINZO ABE MORTO A TIRO EM ATENTADO

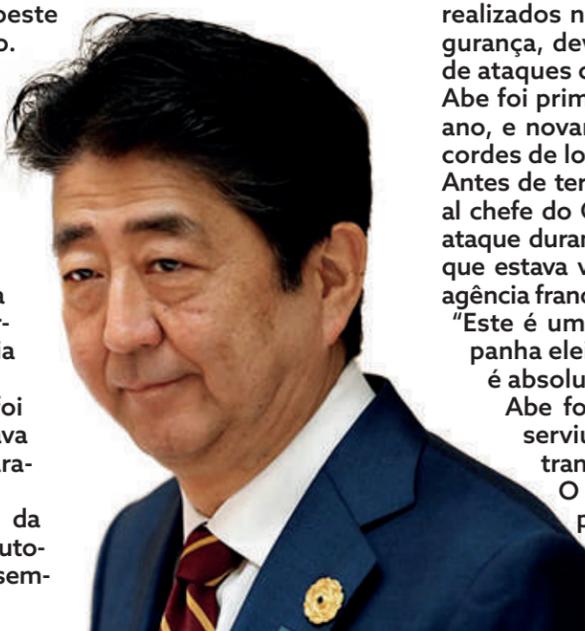
O antigo primeiro-ministro japonês Shinzo Abe morreu na quinta-feira depois de ter sido atingido a tiro enquanto discursava num comício eleitoral em Nara, uma cidade no oeste do Japão, anunciou o seu partido.

Abe, 67 anos, foi atingido pelas costas quando fazia um discurso na rua antes das eleições parlamentares de domingo.

O Partido Liberal Democrático (LDP), a que pertencia, anunciou a sua morte após os serviços de saúde terem informado que Abe tinha sido levado para um hospital em paragem cardiorrespiratória, segundo a agência espanhola EFE.

O alegado autor dos disparos foi detido no local enquanto segurava uma arma com a qual terá disparado dois tiros contra Abe.

Trata-se de um antigo membro da componente naval da Força de Auto-defesa do Japão, atualmente desempregado.



A polícia identificou-o como Yamagami Tetsuya, 41 anos, originário de Nara.

Desconhecem-se os motivos do atentado.

Os comícios eleitorais no Japão são geralmente realizados na rua e com poucas medidas de segurança, devido à baixa taxa de criminalidade e de ataques com armas de fogo.

Abe foi primeiro-ministro em 2006, durante um ano, e novamente de 2012 a 2020, batendo recordes de longevidade na liderança do Japão.

Antes de ter sido confirmada a sua morte, o atual chefe do Governo, Fumio Kishida, condenou o ataque durante uma conferência de imprensa em que estava visivelmente emocionado, segundo a agência francesa AFP.

"Este é um ato bárbaro no meio de uma campanha eleitoral, que é a base da democracia, e é absolutamente imperdoável", disse então.

Abe foi mentor político de Kishida, que o serviu como ministro dos Negócios Estrangeiros entre 2012 e 2017.

O atentado contra Abe foi condenado por diversos dirigentes de países e organizações internacionais.

PRIMEIRO-MINISTRO BRITÂNICO BORIS JOHNSON DIMITIU-SE

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, demitiu-se na quinta-feira como líder dos conservadores, mas disse que se manterá na chefia do Governo até ser substituído à frente do partido.

"Concordei que o processo de escolha de um novo líder [dos conservadores] deve começar hoje", disse Johnson à porta de Downing Street, a residência e gabinete oficial do primeiro-ministro.

A demissão do líder conservador, de 58 anos, ocorreu após a saída de dezenas de membros do seu executivo nas últimas 48 horas.